

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

REQUERIMENTO Nº _____, DE 2011

(Do Sr. **Ronaldo Fonseca**)

Requer a realização de audiência pública com autoridades e representantes da sociedade civil que nomeia, para debater a programação da TV aberta no Brasil.

Senhor Presidente:

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de audiência pública com a presença de autoridades e representantes da sociedade civil que nomeia, em data oportunamente apazada, para debater a programação da TV aberta no Brasil.

PARTICIPANTES CONVIDADOS:

- 1) **Sr^a. Fernanda Alves dos Anjos** do Departamento de Justiça, Classificação, Títulos e Qualificação, da Secretaria Nacional de Justiça;
- 2) **Sr. Luís Roberto Antonik**, Diretor-Geral da Abert - Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão;
- 3) **Sr. Nelson Hoineff**, jornalista, produtor e diretor de televisão e cinema;

- 4) **Sra. Roseli Goffman**, representante do Conselho Federal de Psicologia (CFP) na Coordenação Executiva do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação – FNDC;
- 5) **Sr. Octávio Florisbal**, Diretor Geral da TV Globo.

JUSTIFICAÇÃO

A programação da TV aberta no Brasil, paulatinamente, introduz no cotidiano de milhares de adolescentes e jovens brasileiros a cultura da violência, cujo reflexo podemos observar nos noticiários diários em várias localidades do país.

Chega o momento de travarmos um debate sério sobre o que deve ou não ingressar nos lares de milhões de brasileiros, de forma a garantir que valores éticos e sociais da pessoa e da família sejam, de fato, critérios para a seleção da programação da TV aberta.

Trata-se de fazer jus a preceitos constitucionais previstos no art. 221 da Constituição Federal, tais como: preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas; promoção da cultura nacional e regional e respeito aos valores éticos e sociais.

Entretanto, observamos que estamos caminhando na direção oposta a estes princípios, com uma programação pautada em programas violentos e que nada acrescentam as nossas crianças, adolescentes e jovens.

Diante do exposto, considero a temática de extrema relevância social, razão pela qual apresento esse requerimento de audiência pública e peço o apoio dos nobres pares para discutirmos a matéria com autoridades e representantes da sociedade civil para que possamos “dar um norte” à programação da TV aberta e sua classificação no Brasil.

Sala das Comissões, de de 2011.

Deputado **RONALDO FONSECA**
(PR/DF)